A ANGÚSTIA DE NIETZSCHE E A MORALIDADE

Marco Aurélio Rodrigues Dias[1]

RESUMO

Objetivo: Investiga-se neste trabalho a angústia de Nietzsche com a "moralidade" e com o sistema social. **Métodos:** Adotou-se a metodologia de contextualizar e comparar a afirmação de Nietzsche: "o homem procura um princípio do qual possa desprezar o homem" (BAEUMLER, 1930, p.321), com a realidade social. **Argumentos:** Procura-se demonstrar que as pessoas não escapam do processo natural de imperfeição, mas estão sempre tentando se encaixar em padrões morais de perfeição. Existem princípios de moralidade que prometem recompensas na vida social se a pessoa obedecer às regras da moralidade institucionalizada. Tais promessas não encontram correspondência na fenomenologia da vida. **Considerações finais:** Identificou-se que a raiz da angústia existencial está no fato da pessoa "ser e não ser". A pessoa é um artifício da evolução, não existe para si mesma, existe como uma estratégia da natureza para atingir objetivos que não são completamente entendidos pela racionalidade humana, e o processo contínuo de vir a ser não é algo que sacia a existência individual, mas a angustia.

Palavras chaves: Nietzsche, Existencialismo, Moralidade.

INTRODUÇÃO

O filósofo e pedagogo alemão Alfred Baeumler, em sua obra Friedrich Wilhelm Nietzsche, Werkes, V. 6, p. 321. 1930, citando Nietzsche, diz que "o homem procura um princípio do qual possa desprezar o homem – inventa um mundo para difamar e poluir este mundo" (BAEUMLER, 1930, p.321). Esse "princípio" nietzschiano, contextualizado como moralidade, promete a perfeição, porém a humanidade está sempre imperfeita, razão pela qual o filósofo acrescenta que embora a sociedade invente teorias de perfeição humana como forma ativa de desprezo do homem natural e de superação das fraquezas humanas, "sempre alcança o nada e constrói o nada" (Nietzsche, 1930). A pessoa nasce imperfeita e em ambiente imperfeito; vive imperfeita e em ambiente imperfeito; e morre imperfeita e em ambiente imperfeito. No entanto, apesar disso, as teorias da perfeição passam de geração em geração, escravizam a sociedade e administram o sentimento de culpa. Na perspectiva do filósofo, a tentativa de "difamar e poluir este mundo"

[1] Licenciatura em Pedagogia e pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia pela Faculdade São Lourenço (UNISEPE). Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Metropolitana de Franca. E-mail: tvmard@gmail.com

não aconteceu só no passado, mas é um processo histórico contínuo observável em operação em qualquer sociedade.

Na perspectiva do filósofo, a tentativa de "difamar e poluir este mundo" não aconteceu só no passado, mas é um processo histórico contínuo observável em operação em qualquer sociedade. A extrema-direita, no Brasil, nos últimos anos, empreendeu um forte ataque ao homem natural; lançou mão de diversas ideologias de moralidade para desprezar a ciência, a ecologia, as minorias, a educação e a democracia. Cada sociedade, em cada época, inventa uma moralidade e um modelo de conduta perfeita para os indivíduos. Os grupos sociais inventam seus modelos de comportamento nos quais os sujeitos precisam se adequar para serem aprovados. A ideia de um modelo perfeito de pessoa seria esse "princípio" nietzschiano que causa culpa nas pessoas por serem naturalmente imperfeitas? Inventa-se um mundo divino para que se possa desprezar este mundo humano. Esse princípio moral "procurado" existe como um arquétipo que deve, necessariamente, na loucura dos grupos sociais, substituir a imperfeição natural da pessoa "desprezada" e "condenada". Desprezado na sua humanidade natural, carregando a culpa cultural que lhe é imputada, o homem é perseguido e subjugado historicamente pelo "princípio" da perfeição, e, consequentemente, tudo o que é humano passa a ser maldito.

MÉTODO: A INVESTIGAÇÃO DA MORALIDADE

A metodologia adotada é a comparação das críticas de Nietzsche com a realidade social. Nietzsche (1986) acentua que "a moralidade não é outra coisa (portanto, antes de tudo, nada mais) senão a obediência aos costumes", e, aqui, incluem-se as religiões, que inventaram uma utilidade maior para a vida humana natural, mortal e imperfeita: alcançar uma vida eterna para a pessoa depois da morte. Como? Através da fantasia da perfeição. Ou seja, a pessoa moldada pela moralidade da religião imagina que vai alcançar a vida eterna. Portanto, por ser mortal e essencialmente imoral, tenta se superar seguindo os costumes morais de alguma instituição e, por esse meio, acena para a vida eterna. Por ser livre e ter paixões, deve buscar um comportamento perfeito que a faça merecer a aceitação ou a vida eterna. Isso significa pensar e se comportar conforme os costumes. Hitler, Mussolini e todos os ditadores impuseram uma forma de pensar. A Ditadura Militar de 1964, no Brasil, tentou submeter os cidadãos brasileiros ao seu modo de pensar; e os intelectuais foram expulsos do país por pensarem com liberdade e diferente das instituições tradicionais. "Em geral, o Estado tem receio da filosofia" (NIETZSCHE, 1844–1900, p. 210), e a criação de moralidades justifica a tentativa de acorrentar o ser humano. Sem

dúvida, toda e qualquer moralidade pretende combater a liberdade de pensamento. Consequentemente, o "princípio" (quer dizer, a moralidade) impõe que a pessoa livre precisa obedecer às lideranças e às instituições que oferecem, administram e manipulam as fantasias de uma perfeição capaz de salvar as pessoas. Portanto, o "princípio" alega que os comportamentos propostos são necessários para o sujeito ser aceito e alcançar a aprovação das teorias que desprezam e amaldiçoam a imperfeição natural do ser humano. O conjunto de instituições da sociedade estabelece os padrões de perfeição, submete as pessoas aos seus caprichos culturais e afirma, não só afirma, mas convence, que é dessa maneira que a pessoa oprimida pode superar a culpa de ser mortal, humana e imoral. Observe-se, porém, que o princípio da moralidade cria a culpa e, ao mesmo tempo, oferece a solução (sem eficácia) para o cidadão se livrar da culpa. Para desmistificar esse artifício ontológico, afirma-se que "não há fatos eternos, como não há verdades absolutas" (NIETZSCHE, 1929, p.289), e a investigação vai seguir por esse caminho. Antes, colocam-se aqui as evidências da angústia do filósofo:

> Veja-se, por exemplo, a proposição principal: a moralidade não é outra coisa (portanto, antes de tudo, nada mais) senão a obediência aos costumes, sejam eles quais forem; ora, os costumes são a maneira tradicional de agir e de avaliar. Em toda parte, onde os costumes não mandam, não há moralidade; e quanto menos a vida é determinada pelos costumes, menor é o cerco da moralidade. O homem livre é imoral, porque em todas as coisas quer depender de si e não de uma tradição estabelecida: em todos os estados primitivos da humanidade, "mal" é sinônimo de individual, livre, arbitrário, inabitual e imprevisível (NIETZSCHE, Aurora, Livro Primeiro, p. 22, § 9. 1886).

1. ARGUMENTOS: NÃO HÁ MORALIDADE NA NATUREZA

Pela forma como a fenomenologia da vida foi criada, é óbvio que a criação não planejou a vida eterna para as criaturas e nem a perfeição moral. A Biologia não encontrou nenhuma moralidade na natureza. Dizer que o sapo é feio ou que a cobra é malvada trata-se de conceitos humanos, não biológicos. A natureza não optou por criar uma humanidade que não envelhecesse e não fosse interrompida no desenvolvimento de seus talentos naturais, suas competências e habilidades, pelo envelhecimento e pela morte. Observa-se que na natureza "não há fatos eternos, como não há verdades absolutas" (NIETZSCHE, 1929, p. 289). Portanto, a ideia de menosprezar a vida terrena imoral (liberdade de pensamento) para alcançar a vida eterna (obediência ao sistema), ou de abster-se de pensar por si para pensar conforme os costumes, não se justifica na razão da observação científica da vida manifestada, mas somente na irracionalidade, pois o "fanatismo é a única forma de força de vontade acessível aos fracos e inseguros, como uma espécie de hipnotização" (NIETZSCHE, 1887, p. 270). Não há dúvida de

que, ao longo da História, os antepassados complementaram a realidade da vida mortal, livre e natural dos seres humanos com o discurso da vida eterna depois da morte. Todas as lideranças se firmaram e se firmam com a doutrina fantasiosa de uma vida melhor do que a vida natural e livre, e as pessoas, no presente, se encaixam nos seus modelos e se subjugam aos seus discursos; e, provavelmente, também no futuro, continuarão a desprezar a humanidade do ser humano, em troca da promessa não evidenciada, e nem comprovada, de uma vida eterna, de uma vida moral e de uma perfeição inventada. No tocante a isso, vale lembrar que "o destino embaralha as cartas e nós jogamos" (SCHOPENHAUER, 1982, p. 523). Ora, quem "embaralha as cartas" é a sociedade ("o destino"), é a tradição e as doutrinas das instituições, pois "o que as pessoas chamam geralmente de destino é, na maioria das vezes, somente suas próprias brincadeiras idiotas" (SCHOPENHAUER, 1862, p. 244) de aceitar a moralidade dos costumes sociais, e uma das piores "brincadeiras idiotas" é deixar de ser livre-pensador para se tornar adepto dos pregadores dos "bons costumes", das tradições e dos arquétipos sociais. Mas, justificando o argumento de que "o homem procura um princípio do qual possa desprezar o homem" (BAEUMLER, Werkes, V. 6, p. 321. 1930), conclui-se que os princípios morais e religiosos através dos quais o homem busca desprezar o homem, são, no entendimento de Schopenhauer (1862), "suas próprias brincadeiras idiotas". Nenhum pensador ou cientista jamais observou qualquer evidência de moralidade na natureza. Também nunca ficou comprovado que a pessoa obediente a uma doutrina política ou a um sistema moral, que promete a aceitação do indivíduo no grupo, por intermédio do desprezo a natureza humana e da liberdade de pensamento, vai obter alguma felicidade maior do que se seguir seus instintos e sua natureza imperfeita. A pessoa que deseja ser o que é, sem se corromper para buscar a fantasia da moralidade ideal, deve fazer esta escolha porque lhe fará bem ser como é. Isso parece o mais racional. A submissão da pessoa aos grupos ideológicos não a faz melhor, pois, com certeza, "a moral é o melhor de todos os expedientes para levar a humanidade pelo nariz" (NIETZSCHE, 2008, p. 74). Portanto, observa-se que a pessoa livre, natural e imperfeita é desprezada historicamente pelo "princípio" do homem perfeito e obediente aos administradores dessa fantasia.

1.2 ARGUMENTOS: QUAL É A UTILIDADE DA EXISTÊNCIA?

É necessário investigar o "princípio" desprezador da naturalidade da pessoa a partir da hipótese da utilidade da existência. Entendendo-se que a busca do princípio desprezador do homem se dá devido à natureza mortal e imoral do ser humano, inventou-se, para resolver esse problema, o prêmio de uma vida feliz, que, em tese, estaria condicionada ao homem renunciar

aos seus melhores instintos e habilidades naturais, inclusive a liberdade de pensamento, e tentar levar uma vida supostamente correta, que significa um afastamento na naturalidade e uma obediência aos arroubos religiosos, políticos ou intelectuais de algum líder, ou de alguma instituição. Então, em vista disso, pergunta-se: por quê? Onde e quando se viveria essa vida mais segura se a pessoa caminha para uma velhice onde todos os seus melhores instintos vão declinar? Não seria loucura antecipar a velhice natural. Não seria sabedoria viver todo o esplendor da vida natural enquanto se é jovem? O resultado é que as pessoas vivem com culpa porque precisam repudiar seus mais legítimos instintos de liberdade. Qual é a utilidade real da existência? Não seria a existência para a pessoa viver sua naturalidade, sem fantasias de moralidade social? Qual é, pois, a utilidade da existência da pessoa, se esta não existe para si, mas para o não-ser (transformação contínua) da vida? Se a utilidade da pessoa é para o vir-a-ser, e não para si, nem mesmo ela pode conhecer qual é a sua própria utilidade, pois não existe uma utilidade fixa, concreta, ideal. Como se autoconhecer se essa experiência está em permanente transformação? Quando o sujeito descobre algo de si, isso já não é mais. Não se pode conhecer plenamente algo que está em permanente transformação. A utilidade ideal da pessoa é viver de improviso a sua naturalidade e a sua liberdade, sem modelos de pessoa feitos pelos outros e impostos aos cidadãos. Evidentemente, que o universo não foi feito para as instituições inventarem princípios morais para humilhar a natureza humana e para que Nietzsche existisse e contestasse que esses princípios morais argumentando que "o homem procura um princípio do qual possa desprezar o homem" (BAEUMLER, 1930, p.321). A pessoa nunca é alguma coisa concreta, mas, sim, um vir-a-ser contínuo. Logo, o que se observa do ponto de vista da continuidade é que a existência da pessoa não é para si, mas para a evolução da espécie, e, portanto, o natural e útil é ser criativo, sem regras, pois os novos modelos de geração não são cópias dos modelos antigos de geração, a nova sociedade não se faz copiando a sociedade antiga. Se a existência da pessoa fosse para si, certamente as pessoas nasceriam e continuariam a viver indefinidamente, e, com certeza, Nietzsche e Sócrates não teriam morrido, porém, sim, estariam lecionando filosofia e compartilhando suas percepções sobre o fenômeno da existência em Harvard ou na Unifesp. Por outro lado, do ponto de vista individual, imoralidade é pensar que a existência da pessoa não é para si, mas para seguir as opiniões dos outros e as tradições da sociedade e das instituições. Se é real que a pessoa não vive para si, mas para o outro (a sociedade) e para ser útil ao outro, primeiro tem que viver para si, com independência, criatividade, autonomia e liberdade de expressão.

1.3 ARGUMENTOS: A IDEOLOGIA E A RACIONALIDADE

Em função das reflexões anteriores, discute-se aqui um problema ontológico: a pessoa não pode compreender a existência do ponto de vista da moralidade, mas só do ponto de vista da sua natureza imperfeita. Ou seja, observar a existência a partir da moralidade não produz uma compreensão racional e nem real. O homem imperfeito é o real. A pessoa armada com a ideologia da perfeição humana é um perigo para a sociedade humana e para o indivíduo. Ela está realmente armada e pronta para atacar e subverter a ordem natural. Mostra-se, pois, lógico que a racionalidade tem sustentação na realidade e não na irrealidade. A natureza não tem interesse no qual as pessoas compreendam sua existência a partir de uma perfeição ilusória e inventada por aqueles que pretendem subjugar as pessoas. A natureza, na verdade, muito menos quer que a pessoa compreenda quais são os seus objetivos no vir-a-ser, muito menos que se invente uma compreensão de como o sujeito deve se comportar durante o vir- a-ser, que é constante. O ser humano não existe como finalidade para si. A pessoa não é um "ser", mas uma permanente transformação, e não se pode propor regras para o que ainda não é, porque ele é desconhecido e impossível de ser regulado. Observe-se que a bicicleta não tem serventia para ela mesma, mas para servir como objeto de transporte. Se ficar parada em algum lugar, ela vai permanecer naquele local sem nenhuma função. Entende-se que a pessoa que segue tradições está parada nas tradições. A mente humana seria como uma bicicleta para a natureza: ou está parada, ou está andando. Qual seria o limite de entendimento da mente? Até que ponto a pessoa pode compreender a existência? Não há limites. A sociedade inventa padrões e valores morais, religiosos, econômicos e culturais para bloquear o autoconhecimento e criar limites. É isso o que limita a observação natural da vida. A pessoa é cega para aquilo que observa porque a sociedade lhe fornece explicações prontas para a fenomenologia da existência. Se a criança não for educada para desconfiar das informações que recebe, desafiar os conceitos estabelecidos e ir além dos condicionamentos sociais, culturais, religiosos e morais, sua mente vai ser como uma bicicleta estacionada e sem função. Nada mais horrível do que uma sociedade reproduzindo, geração após geração, valores (religiosos, morais, políticos e culturais) inventados e irreais.

1.4 ARGUMENTOS: ANGÚSTIA DE NÃO SER PARA SI

É possível estabelecer o entendimento de que a angústia de Nietzsche (e a entendemos também como a angústia existencialista de todo ser humano) era decorrente da hipótese de que a pessoa existe, mas não tem liberdade para pensar e para se comportar fora das caixinhas

ideológicas das instituições e da sociedade? Outra hipótese da angústia de Nietzsche seria que a pessoa existe, mas não é uma entidade eterna, no entanto, não pode fugir à tentação de fantasiar uma moralidade que, supostamente, lhe concederia a vida eterna depois da morte, e, por causa disso, ela vive entre a culpa e a falsidade, a culpa de não conseguir seguir sua moralidade inventada e a falsidade de mostrar para as instituições um perfil que ela não tem e nem consegue ter? Ora, qualquer pessoa é somente alguém que nasce e morre. Porém, a humanidade continua viva, geração após geração. O homem eterno é a humanidade que passou por todas as fases históricas da humanidade e configurou suas experiências ancestrais nos arquétipos. O homem individual é uma abstração. Provavelmente, a intuição ancestral da moralidade não decorreu da suposta existência real de uma vida humana perfeita que decaiu e precisa ser consertada, mas do medo da vida natural desconhecida que continua e não se sabe quando começou e quando vai terminar.

1.5 ARGUMENTOS: RACIONALISMO CARTESIANO

Existir temporariamente é o mesmo que ser e não ser. O Racionalismo Cartesiano colabora com os argumentos de Nietzsche sobre o entendimento de que “o homem procura um princípio do qual despreze o homem” (BAEUMLER, 1930, p. 321), porque a conclusão científica: “penso, logo existo” (Descartes, 1637), é uma pequena peça da construção do pensamento humano que define o observador como real e racional. Portanto, o pensador tem que observar o mundo e a existência a partir da sua humanidade. Se penso, penso com o meu pensamento. Se penso com o pensamento dos outros e da tradição, os outros e a tradição pensam por mim. O homem imperfeito não pode deixar de encarar-se como imperfeito. Não é científico olhar-se como não se é. Descartes não propôs aqui, como realidade do ser pensador, a existência da pessoa baseada em princípios de moralidade, mas só a prova da existência real. A existência é algo a priori que se constata a partir do pensamento do indivíduo; a moralidade é algo a posteriori que se inventou para limitar a existência. Não se quer dizer, aqui, que o estado de liberdade total não é limitado e agressivo. O indivíduo é limitado por sua própria existência limitada; é agressivo em resposta à agressividade do outro e do meio ambiente. O pensamento não é de natureza eterna que sirva como fundamento para justificar a evidência de alguma vida eterna na natureza. Aristóteles propôs que a pessoa “é um animal racional”, e, portanto, deve se comportar como animal racional, cuja racionalidade indica que a pessoa deve ser o que é, sem a culpa de deixar de ser o que é (se transformar) para tentar, sem sucesso, “vir a ser” o que não é,

ou seja, um ente que não se transforma e que não se permite ser livre para não se transformar. Constata-se que, de fato, "o homem procura um princípio do qual despreze o homem", e é lamentável que esse homem não cartesiano (que não pensa por si e nem é livre-pensador) "inventa um mundo para difamar e poluir este mundo" (BAEUMLER, 1930, p. 321). Freud, no texto "O mal-estar na civilização" discute a afirmativa de Hobbes: "o homem é o lobo do homem". Para ele, essa afirmativa explica a agressividade que vem outro. Essa expressão foi criada por Plauto (254–184 a.C.) em sua obra Asinaria, sendo popularizada por Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, na sua obra Do Cidadão. De onde se conclui que o "princípio" denunciado por Nietzsche se caracteriza como um processo de alienação histórica do ser humano. Portanto, a moral social é, para Nietzsche, o verdadeiro lobo do cidadão, porque devora a sua naturalidade. Se o homem em estado de natureza é um animal agressivo para com o seu próximo, devendo-se submete-lo às leis, estas, por sua vez, permitem que os mais fracos sejam escravizados e submetidos aos mais fortes, os quais fazem as guerras e mandam os mais fracos lutar e morrer. Isto, sim, é imoralidade. A sociedade enfraquece as pessoas para que elas não tenham como se defender dos mais fortes. Não há, portanto, imoralidade mais desprezível do que impedir, pela educação e pelos costumes, que a pessoa pense por si mesma e seja livre-pensadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas conclusões finais, detecta-se e enfatiza-se uma série de variáveis da angústia humana caracterizada nas críticas de Nietzsche: O fato de se desconhecer o objetivo da existência, não se saber com qual objetivo o mundo foi criado e nem qual a direção que ele deve tomar, teria sido proposta a moralidade como um mito cultural que conseguisse preencher esse desconhecido vir-a-ser? O fato do homem não ser uma entidade concreta ou acabada, mas um processo permanente (e processo não é algo definido, mas uma transformação permanente, um eterno desconhecido) teria sido o motivo da sociedade ancestral criar moralidades que tornassem o homem permanentemente conhecido? Nessa concepção, os arquétipos ancestrais junguianos poderiam ser vistos como um vilão que, ao moldar a sociedade, limita e acorrenta a liberdade. Nietzsche (2012) diz que "Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos." Se todos os princípios morais falharam, e continuam falhando, na tentativa de pacificar a pessoa e construir uma sociedade de respeito ao outro e entendimento cordial, através da proposta de transformar a pessoa humana (natural) na pessoa perfeita (moral), pode-se deduzir que a instituição da moralidade, que pune o direito de ser livre-pensador, seria a

causadora de todo o submundo do crime? Ou seja, a moralidade humana estaria causando toda a imoralidade social observada nas guerras, na escravidão, na maldade e na exploração econômica d as minorias subjugadas? Todas as guerras nasceram e nascem da falsa moralidade. Quando Nietzsche denuncia que "o homem procura um princípio do qual despreze o homem" (BAEUMLER, 1930, p. 321) não estaria abrindo um espaço filosófico para se conceber que seria o momento das escolas ensinarem a criança a pensar, para saber se defender dos ataques desse conjunto de condicionamentos aos valores fantasiosos da sociedade tradicional? Observa-se que a pessoa gostaria de poder se agarrar como algo concreto, exatamente como apalpa fisicamente as coisas ao seu redor, e, por isso, cria modelos (moralidades) para bloquear o vir-a-ser (mudança) de si. Como, porém, as expectativas da pessoa ser uma entidade estão localizadas na abstração, fica diagnosticada a angústia humana de não se saber onde existimos e nem observarmos fisicamente esse processo de nós mesmos. A pessoa não pode abrir uma janela no tempo e olhar o processo de transformação das futuras gerações. Logo, o desconhecido é a grande angústia e causa das moralidades. Por isso, a moralidade era a causa da angústia e das críticas de Nietzsche.

REFERÊNCIAS

BAEUMLER, Alfred. **Friedrich Wilhelm Nietzsche**, Werkes, V. 6, p. 321. 1930.

DESCARTES, René. **O discurso do método**, de 1637.

NIETZSCHE, F. W. **The Anti-Christ**, p. 74. Wilder Publications, 2008.

______________**Gesammelte Werke**, v. 23, p. 289. 1929.

______________**Aurora**, Livro Primeiro, p. 22, § 9. 1886.

______________**Escritos Sobre Educação**, 1844-1900. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho, p.210. Edições Loyola.

______________ **Genealogia da Moral**, Prólogo § 1. Tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SCHOPENHAUER, Arthur. **Handschriftlicher Nachlass: Vorlesungen und Abhandlungen**, v. 4, p. 523. 1892.

______________**Lichtstrahlen Aus Seinen Werken**, p. 244. Brockhaus, 1862.